



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



: ILUMINANDO SINGULARIDADES E SENTIDOS EM UMA EXPERIÊNCIA DE OCUPAÇÃO E DE ACAMPAMENTO

GEMA GALGANI S. L. ESMERALDO;

UFC

FORTALEZA - CE - BRASIL

karinebaima@bol.com.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES NA AGRICULTURA

ILUMINANDO SINGULARIDADES E SENTIDOS EM UMA EXPERIÊNCIA DE OCUPAÇÃO E DE ACAMPAMENTO¹

Grupo de Pesquisa: Instituições e Organizações na Agricultura

RESUMO: Este artigo propõe-se a construir uma cartografia dos sentidos atribuídos por trabalhadores rurais às experiências de ocupação e de acampamento. Para isso realizo um estudo de caso junto ao Assentamento José Lourenço, situado no município de Chorozinho, Estado do Ceará. Este trabalho acompanha a formação e dinâmica dessas conexões e problematiza as tentativas de ruptura desses agentes com o modelo molar de representação da sociedade e as produções moleculares como invenção social. Trata ainda de identificar as condições nas quais se gestam a ocupação e o acampamento; de descobrir as singularidades produzidas e vivenciadas em cada etapa da luta pela terra; de dar visibilidade às criações para a gestão dos conflitos oriundos do fora e do dentro e de perceber no interior da insubordinação lutas pelo reconhecimento da diferença.

Palavras-chave: Ocupação – Acampamento - Singularidade

INTRODUÇÃO

¹ Texto resumido de capítulos da Tese de Doutorado em Sociologia, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC, em maio de 2004. A tese recebeu o título de “O MST sob o signo de uma Economia Subjetiva: O Assentamento José Lourenço”.

Este artigo pretende abordar os sentidos atribuídos pelos trabalhadores à ocupação e ao acampamento compreendidos como acontecimentos que antecedem à conquista da terra e à instalação e gestão do Assentamento. Trata ainda de descobrir singularidades produzidas e vivenciadas em cada um desses acontecimentos (ocupação e acampamento); de acompanhar a formação e a dinâmica dessas conexões; de identificar as condições sociais nas quais se gesta a ocupação e o acampamento; de dar visibilidade às criações coletivas voltadas para a gestão dos conflitos oriundos do fora e do dentro e de perceber no interior da insubordinação lutas pelo reconhecimento da diferença.

Tomo como base para essa escrita um estudo realizado junto aos trabalhadores assentados no Assentamento José Lourenço, situado no município de Chorozinho, Estado do Ceará. Este Assentamento é resultado de duas ocupações² realizadas por trabalhadores rurais orientados pelo MST, na então propriedade denominada Fazenda Camará.

A fazenda Camará é ocupada duas vezes por trabalhadores rurais. A primeira vez se dá em novembro de 1995, onde permanecem até janeiro de 1996, quando a maioria das famílias é transferida para uma fazenda já desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA. A segunda ocupação se realiza em maio de 1996, com seis famílias oriundas da primeira ocupação e com novas famílias provenientes de outros municípios.

Desde a década de 1980 o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST passa a utilizar a estratégia de ocupação de propriedades consideradas devolutas ou improdutivas como forma de pressão junto ao governo federal para a aplicação da Lei do Estatuto da Terra³.

A OCUPAÇÃO - CONSTRUÇÃO DE UMA ORDEM NA DES(ORDEM)

A ocupação da Fazenda Camará é um acontecimento há meses planejado e esperado por trabalhadores rurais. Desde agosto do ano de 1995, algumas categorias como moradores, rendeiros de fazendas e trabalhadores rurais residentes em periferias de cidades e em comunidades rurais, situadas na circunvizinhança do município de Chorozinho, participam de reuniões organizadas por militantes do MST e por um agente da Comissão Pastoral da Terra/CPT. Quem coordena o trabalho de base é o Setor Estadual Frente de Massas do MST, considerado como sendo um dos setores mais importantes do Movimento.

O Setor é responsável pelo planejamento e execução das ocupações no Estado do Ceará. Previamente identifica propriedades passíveis de desapropriação; realiza o mapeamento dos municípios que se localizam no entorno da fazenda a ser ocupada; identifica nos municípios as possíveis entidades e pessoas que possam oferecer apoio ou resistência e em seguida, prepara as equipes que se deslocam para iniciar as atividades nos municípios selecionados.

² Com a assinatura da Medida Provisória nº 2.183-56, em 24/08/2002, pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (Gestão: 1995/1998 e 1999/2002), as terras ocupadas por trabalhadores rurais são impedidas de serem vistoriadas. O MST altera a sua estratégia de luta passando a realizar as ocupações em frente às propriedades consideradas passíveis de desapropriação, numa tentativa de dar visibilidade e para confirmar o caráter improdutivo e/ou devoluto das terras.

³ A Lei de nº 4.504 denominada Estatuto da Terra é promulgada em 30 de novembro de 1964, no governo do ex-presidente Humberto Castelo Branco, 1º Governo Militar. A lei dispõe sobre a regulamentação e obrigações relativas aos bens imóveis rurais; sobre a execução da reforma agrária e da política agrícola; introduz conceitos como os de imóvel rural, propriedade familiar, módulo rural, minifúndio, latifúndio, empresa rural, parceleiro e de colonização.

As equipes passam de dois a três meses nas áreas implementando o chamado “trabalho de base”. Este se inicia com os primeiros contatos com os prováveis apoiadores, que, em geral, são representantes da Igreja Católica dos municípios, como o pároco, agentes da CPT, das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs, de Pastorais da Juventude e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais/STRs e de assentamentos próximos que participam de atividades políticas com o Movimento.

A Igreja Católica de orientação baseada na Teologia da Libertação e a CPT/CE não apóiam de forma incondicional e homogênea as ações de ocupação de terra organizadas pelo MST no Ceará. A primeira ocupação realizada no ano de 1989, não conta com o apoio unânime de representantes da Igreja Católica e de membros da CPT/CE. Há uma corrente majoritária da Igreja que defende ocupações de terra, mas, como as que se realizam na década de 1970 e de 1980, que guardam especificidades, pois se fazem no interior das propriedades onde se geram e se tensionam conflitos entre patrões e moradores. Essas ocupações são realizadas pelos rendeiros e moradores na própria fazenda onde trabalham e se constituem como formas de luta para exigir novas relações de trabalho com base no cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural⁴. Essa é considerada uma ação de caráter extremo e compreendida como a forma mais radical para a condução da luta por melhores condições de trabalho. Os membros da CPT defendem que a luta deve se fazer na própria área de conflito e nesse espaço se acumular mecanismos de resistência. Está em pauta principalmente o debate pela conquista de novas relações trabalhistas no interior das propriedades rurais. Há uma mudança de foco na luta trazida pelo MST. Esta se situa principalmente na intenção de libertação da terra e do trabalho.

Os militantes do MST, na sua maioria jovens com menos de 25 anos, são arregimentados nos grupos pastorais e instigam disputas de poder nos espaços tradicionalmente de domínio da Igreja Católica.

A ocupação de terras, consideradas improdutivas e realizada por trabalhadores rurais oriundos de outras fazendas, constitui-se ainda para o MST, como uma ação de ruptura em relação às medidas praticadas pelo movimento sindical rural, que nas décadas de 1970 e 1980 têm atuado com abaixo-assinados, manifestações de rua, reivindicações por audiências para negociações com o governo federal e estadual.

A ocupação de terras é considerada uma estratégia singular para a experimentação de novas práticas políticas. O Movimento avalia que práticas anteriores, como entrega de abaixo-assinado, de pedidos de audiência, realizadas pela CPT e pelo movimento sindical, não surtem o efeito esperado e que somente com práticas diferenciadas, podem chamar a atenção para si. Práticas que criem perturbações, rupturas na ordem vigente.

No seu 1º Congresso Nacional, realizado no ano de 1984, o MST delimita objetivos claros para uma atuação com novas estratégias de ação. Define como slogan “Ocupar, Produzir e Resistir” para se gestar e se fortalecer a nível nacional como um movimento de luta pela reforma agrária. Utiliza a ocupação e o acampamento como sua forma original de luta e destaca a necessidade de superação do isolamento das lutas pela terra e defende a autonomia da organização frente ao Estado, à Igreja e aos partidos políticos. Com essas definições demarcam o caráter dessa organização com vistas a se inscreverem a partir da diferença e a construírem uma nova identificação enquanto movimento coletivo. Há uma

⁴ O reconhecimento legal da categoria profissional de trabalhador rural somente se institucionaliza no dia 02 de março de 1963, através da votação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214), que passa a normatizar as relações de trabalho no campo. Essa lei estende os direitos assegurados aos trabalhadores urbanos (salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, indenização em casos de dispensa, direito à sindicalização, à previdência, etc) desde a década de 1930, aos trabalhadores rurais.

atuação deliberada para se constituírem e se legitimarem como a nova representação do conjunto dos trabalhadores sem terra no que se refere à luta pela reforma agrária.

O Movimento procura expressar e construir uma *cara* própria para se afirmar nos Estados e no país. Opta então pela ocupação de terras consideradas devolutas, que não cumprem a sua função social e pela resistência em acampamentos para dar visibilidade à luta pela execução da Lei do Estatuto da Terra. Não há intenção no Movimento de ações para reclamar o direito de aplicação da Lei do Estatuto do Trabalhador Rural. A luta do MST se volta para exigir o cumprimento da Lei do Estatuto da Terra. Nesse sentido, introduz uma nova relação e direta de negociações com o INCRA, órgão governamental responsável para gerenciar a política de reforma agrária do país.

Para garantir a direção e orientação sobre a condução de suas ocupações, o MST restringe o campo de decisão e de participação das entidades apoiadoras. Decisões como: qual a fazenda a ser ocupada, a data, a hora, o lugar de entrada na fazenda, não são compartilhados com os apoiadores. Essas são informações que se mantêm restritas a um número reduzido de militantes que fazem parte do Setor Frente de Massas do Movimento.

As dificuldades de ampliação de apoios nas bases dos grupos organizados pela Igreja Católica, e pelo movimento sindical rural, são encontradas pelos militantes do MST no início de sua instalação no Estado do Ceará, que é trabalhada a partir da organização de sua primeira ocupação. Nesta primeira atividade, o MST investe em momentos de formação para a ampliação de sua base militante e no dia da ocupação organiza uma grande marcha que sai da fazenda ocupada até a capital do estado – a cidade de Fortaleza, para abrir canais de negociação com os governos federal e estadual. Essa marcha que percorre vários municípios é realizada com centenas de trabalhadores rurais e vai se instalar em frente ao INCRA/CE. A ocupação de prédios públicos representa a criação de um fato político junto à sociedade cearense e à mídia, e é tratada no interior do Movimento, como um acontecimento voltado para a formação política dos trabalhadores, de novos militantes e de lideranças que irão constituir a organização no Estado do Ceará.

Assim é que, ao realizarem o planejamento da ocupação da Fazenda Camará, o Setor Frente de Massas do MST já conta com militantes engajados e com o apoio e a participação de um assentamento, o Assentamento Antonio Conselheiro, situado no município vizinho, para a realização da ocupação à essa propriedade. Os assentados acompanham as reuniões de base e integram a equipe de militantes que coordena a ocupação para trocar experiências sobre a segurança, organização do acampamento e das comissões. Durante o acampamento também estarão presentes contribuindo com alimentos e apoiando na formação das equipes de negociação e nas manifestações públicas.

A atuação dos agentes da CPT e do movimento sindical rural sofre uma restrição de caráter geográfico, que não afeta o MST. O raio de atuação do Movimento rompe com as fronteiras municipais e somente é delimitado regionalmente. Esse horizonte alargado potencializa para o MST maior poder de aglutinação de trabalhadores de diferentes categorias de trabalho (como moradores, arrendatários, pequenos produtores, assalariados, dentre outras) em vários municípios; maior visibilidade e capacidade de maior mobilização para as suas ações de massa (ocupações de prédios públicos e marchas) e de apoios de diferentes organizações.

O MST é uma organização que não possui limites geográficos delimitados para a ação da ocupação de terras. Sendo esta uma atividade que exige planejamento e técnicas próprias, a área de atuação para a ocupação é definida em função da localização da fazenda a ser ocupada, dos apoios e dos contatos viabilizados nos municípios situados no entorno da fazenda. Essas condições são decisivas na definição da área de realização do trabalho de

base. O trabalho preparatório para a ocupação é facilitado quando existe na região algum Assentamento dirigido pelo MST, que é mobilizado para participar do trabalho de base, da ocupação e da instalação do acampamento. O Movimento ao ocupar e conquistar a desapropriação de propriedades, mantém um trabalho político com as famílias assentadas. Essas relações se constroem nas lutas para a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA que prevê a liberação de recursos para habitações, infraestrutura, etc.

Nas reuniões realizadas pelo Setor para mobilizar os trabalhadores, três elementos são trazidos para o grupo refletir e construir um pensamento e prática voltada para a organização e participação dos trabalhadores na ocupação. O primeiro elemento contém uma argumentação de caráter religioso. Utiliza trechos de livros do Antigo Testamento, como de Gênesis e do Êxodo que trazem a história dos povos pobres, desprovidos de terra, que moravam na região do Egito, da Palestina, na chamada Terra Prometida, considerados os povos escolhidos por Deus e constroem relações de semelhança com a situação atual dos trabalhadores rurais e os povos sem terra do Brasil. O segundo elemento traz o debate político sobre a Lei do Estatuto da Terra, que prevê a desapropriação da propriedade privada desde que não esteja cumprindo com sua função social. Essa argumentação é reforçada com o uso da matriz teórica marxista, que explica a organização da sociedade a partir da posse por parte de uma classe social dos meios de produção, pela luta de classes e consciência política. Nas reuniões avalia-se que, se os povos sem terra não tomam consciência política de sua condição de opressão e de submissão e se não reagem através da organização e ação combativa, jamais irão mudar a desigual correlação de forças entre os latifundiários e os trabalhadores sem terra. Entendem que o latifúndio improdutivo é o grande inimigo dos trabalhadores e que precisam se organizar, se unir para enfrentar a classe social que domina essas terras. O terceiro elemento se volta para a análise da formação histórica do Brasil. Traz a forma de ocupação da terra pelos portugueses, a exploração e o extermínio dos índios, o tráfico dos negros e a sua escravidão e massacres de camponeses na luta por uma vida digna.

Ainda nas reuniões de base planeja-se e se distribui tarefas para viabilizar a ocupação e o funcionamento do acampamento. Com a participação do Setor são selecionados os coordenadores que irão assumir a organização e condução dos trabalhadores de cada município, que irão conseguir o transporte para deslocá-los até a fazenda, que irão cortar o arame da cerca, a madeira para sustentar as lonas das barracas, construir as barracas. Realiza-se um exercício de identificação e de discussão das tarefas a se fazer, de distribuição de responsabilidades, de socialização de compromissos, de aglutinação de energias, de unificação de forças e de objetivos.

A decisão de ocupar a Fazenda Camará é tomada por alguns trabalhadores de forma isolada, ou por vezes, discutida com a família que muitas vezes resiste em apoiar. Para os que possuem alguma relação de trabalho no seu município de origem, sendo morador, meeiro, rendeiro ou arrendatário⁵, a opção é de não levar toda a família no dia da ocupação. Deixam a esposa, as filhas, um ou mais filhos homens para, *não deixar o certo pelo incerto* e, com as lideranças do Movimento seguem sozinhos ou levando um ou dois filhos homens maiores, para também garantir um lote para os mesmos. As esposas com os filhos pequenos e as filhas mulheres também aguardam na própria moradia ou na casa de

⁵ Agricultores que possuem um modelo de gestão da produção baseada na agricultura familiar, nunca levam toda a família no dia da ocupação. Apesar de expressarem o desejo de lutar pela terra e pelo trabalho livres não estão completamente desterritorializados. Possuem alguma lavoura a colher, alguma promessa de terra para a arrendar.

parentes, até que a situação na área indique segurança e controle. Algumas mulheres chegam ao acampamento com vinte dias, outras com um mês, a dois.

O pai de família que não possui quaisquer vínculo empregatício, que se encontra desempregado, que não possui moradia fixa leva toda a família e os poucos pertences para o acampamento. Diz que *não têm o que perder, ou guardar*. Há ainda aqueles trabalhadores assalariados que não podendo participar da ocupação mandam um filho ou um parente próximo para assegurar sua inscrição, ou aparecem na ocupação por algumas horas, sem, no entanto, se fixarem no terreno.

A principal e a primeira força que impulsiona a ação de ocupar é a vontade de dar um novo sentido à vida dos trabalhadores. É o desejo de dar existência à vida. Vida que, na sociedade dos excluídos, é subtraída e se esvai a cada momento. É a vida como potência que é afetada pelo discurso religioso, político, histórico e que mobiliza os trabalhadores a construir novas redes, a produzir outras conexões que apontem para a produção de possibilidades de valorização da vida, o exercício de novas existencializações.

O sr. Batista, um trabalhador que participa da ocupação, lembra que participa dessa ocupação porque

“A gente toda a vida tem aquela ansiedade de ter uma terra em que nasceu e criou-se trabalhando. Nunca pôde ser dono de um pedaço de terra pra gente trabalhar, porque as dificuldades, ninguém tinha condições financeiras pra comprar. Trabalhava de meia e quando acabou-se a safra do algodão, acabou-se tudo. Aí foi quando veio se deslocando pessoal da zona rural lá do sertão central procurando nessa região, noutras regiões, adonde tinha uma firma, uma coisa e outra. Eu vim, trabalhei na CIONE, três anos de pedreiro. Aí foi quando começou esse movimento do MST ocupando as terra e eu disse: eu vou entrar nessa.”

Participar da ocupação é uma decisão em primeira instância, pela afirmação da existência, pela reinvenção da vida. Os argumentos de caráter econômico, político e históricos são argumentos para afetar, mobilizar, instigar economias de desejo, de sonho, que potencializam uma reação nos trabalhadores de desejo de valorização de suas vidas.

Os trabalhadores rurais da ocupação à fazenda Camará estão desfiliados do tempo e do acesso aos benefícios da chamada modernidade, da globalização e da informação. Estão “afundados no charco da sobrevivência cotidiana” (PELBART, 2002: 253).

A decisão por forjar, por produzir uma ocupação de terra, parece significar uma reação à essa exclusão, como expressa Carlos, um acampado quando afirma: *nós ocupamos porque nós precisava aparecer, mostrar que existia*. A decisão de participar da ocupação é movida também pela necessidade *de morar na terra, de ter um pedaço de terra pra trabalhar, pra fazer a auto-sustentação da gente, de se libertar do patrão, de ser gente*. Esse depoimento é complementado por Nilce ao lembrar que essa luta é também *para ter moradia, o direito de botar os filhos na escola e de ter direito à saúde*.

Na conexão que se forma entre os trabalhadores e o Movimento, a intenção inicial passa pelo aparecimento junto à sociedade da existência de vidas humanas, de sair do plano da invisibilidade e passar para o visível. Para isso, adentrar numa terra significa mais do que lutar por terra e pela libertação do trabalho. Representa ocupar lugares na sociedade, inscrever-se na sociedade como cidadãos, criar sentidos que subvertam a ordem do capital econômico, político, que os exclui, os desconecta da vida, da existência.

É a tentativa de criar formas de existência, de dar sentido para suas vidas, de adquirir visibilidade social, que leva os trabalhadores a subverterem a ordem jurídica da propriedade privada, para expor vidas. É a busca por mostrar que o corpo trabalhador

chegou ao limite de sua existência quando é obrigado a cada ano a demandar terra para o trabalho junto aos proprietários de seus municípios, a migrar para os municípios vizinhos, por um *taco de terra* para plantar os alimentos para a sobrevivência de suas famílias.

Os trabalhadores, que ocupam a fazenda Camará, são oriundos do próprio município de Chorozinho e de municípios circunvizinhos como dos municípios de Redenção, de Aracoiaba, de Capistrano, de Ocara, do Euzébio e de Itaitinga. Nenhum deles possuía terra onde moravam. Alguns eram moradores em propriedades privadas, outros (a maioria) eram arrendatários. Os moradores plantavam roçados nas terras dos patrões e repassavam para os proprietários a metade da produção. Os arrendatários alugavam frações de terra para cultivar seus roçados e pagavam 50% da produção colhida ao proprietário. Em nenhum dos dois casos o patrão participava dos custos sobre o processo produtivo.

No Brasil, desde o início dos anos de 1980, diante do surgimento do movimento sindical pautado em novas bases⁶, do surgimento do Partido dos Trabalhadores/PT e da Central Única dos Trabalhadores/CUT, cresce a expulsão de moradores de fazendas, se ampliam relações de trabalho do tipo parceria (meeiro e arrendatário) e se inscreve uma nova ordem nos padrões de moradia desses trabalhadores rurais que passam a residir nas periferias das pequenas cidades, nos centros industriais mais prósperos e na capital do Estado.

A partir dessa década os proprietários de terra já não aceitam novos moradores, reduzem o número existente e nem mesmo os filhos de antigos moradores, muitos nascidos na fazenda, ao casar não mais recebem permissão para residir na área.

A partir da década de 1980, para o senhor Batista e outros trabalhadores que participam da ocupação à fazenda Camará, resta como única opção migrar em busca de trabalho, para regiões de emergência agroindustrial, como os municípios de Chorozinho e de Ocara.

Nessa região instalam-se indústrias na sua maioria de beneficiamento de castanha e de produção de sucos que admitem dois tipos de trabalhadores. Os empregados permanentes, que são em pequeno número e com maior qualificação e os empregados sazonais, contratados para realizarem tarefas periódicas, nos plantios de cajueiro, como nos tratos culturais a exemplo da poda e da colheita da castanha. Além dessas atividades contratam trabalhadores para realizar trabalho de pedreiro, marceneiro, eletricista, estes também de caráter provisório.

Embora essas indústrias apareçam como atrativos para a inserção de trabalhadores livres no mercado de trabalho de caráter capitalista e apontem para a eliminação de relações de trabalho nos moldes de dependência pessoal⁷, a sazonalidade nas relações de trabalho dessas indústrias, a parca e específica qualificação desses trabalhadores, provocam a busca pelos mesmos de áreas de terra para o plantio de roçados. Essa constante busca de uma área de terra para o plantio de culturas alimentares indica tentativas de forjar estratégias que permitam a constituição mínima de uma soberania alimentar para a família, uma produção para garantir alimentos para a sobrevivência familiar.

Trabalhadores como o senhor Batista, o senhor Luiz, este morador da fazenda Piancó, situada no município de Redenção, e a maioria dos trabalhadores que participam da ocupação à Fazenda Camará lembra que *ainda meninos começam a trabalhar, aprendendo com o pai a pegar na enxada e a plantar*. O senhor Luiz comenta: *é só o tempo de tomar o cafezinho feito pela mulher, porque o sentido da gente quando acorda é*

⁶ Bases denominadas por Sader (1995) como sendo de um *novo sindicalismo*.

⁷ Ver sobre relações de sujeição e dependência, Melo (1978), Heredia (1979), MARTINS, J. (1986), Leal (1986), Facó (1988), Medeiros (1989), Garcia Jr (1988, 1989), Barreira (1992) e Germani (2003).

botar os instrumentos de trabalho nas costas e seguir para a roça. Suas lembranças se somam às do senhor Raimundo que diz: *também eu, quando me levantava, meu pensamento era só trabalhar. Juntar as coisas do meu trabalho e sair.*

A terra como também a propriedade da terra e o trabalho expressam significações específicas e diferenciadas para cada uma das categorias de trabalhadores rurais que ocupam a fazenda Camará. Para categorias como de moradores, de meeiros, de rendeiros, a ocupação representa o ato de libertação da terra de um único e grande proprietário para as mãos de vários trabalhadores, que remete à representação da terra como dom de Deus, como um bem natural e que por isso não deveria ter dono. Remete ainda ao direito de usufruto (uso e posse) para aqueles que de fato trabalham e sobrevivem dos frutos da terra. A ocupação significa ainda a possibilidade de obtenção do trabalho livre, que suscita a conquista da autonomia no trabalho, a libertação da figura do patrão, a possibilidade de garantia da manutenção da família.

O sentido da conquista da libertação da terra e do trabalho é, em geral, apresentada pelos trabalhadores que têm uma relação próxima com a terra, que dela extraem o próprio sustento e o de suas famílias, através do trabalho agrícola.

Para esses trabalhadores a ocupação é nesse momento a saída mais oportuna, embora entendida como arriscada. É a *linha de fuga*⁸, que oferece possibilidades de operar novas conexões, encontros com outros trabalhadores com dificuldades semelhantes.

Sabem que lutas travadas nas fazendas onde trabalham na condição de moradores, ou de rendeiros, guardam fragilidades nas relações com os seus mediadores - a Igreja e o movimento sindical. É nesse momento o MST, o Movimento que aponta para práticas de insubordinação mais radicais, que melhor gesta formas de expressão que lhes afetam fortemente numa perspectiva de valorização de suas existências, de suas vidas. Movimento formado por trabalhadores, é nele que se sentem reconhecidos e consentidos.

A ocupação se materializa então para ressignificar sujeitos e sentidos. Ressignificar sujeitos não mais nos moldes de sujeitos-assujeitados, mas de sujeitos-livres. Ressignificar sentidos para a terra e o trabalho até então cativos. A esses sentidos se somam outros que incorporam direitos à cidadania, à inclusão social e à participação política. Direitos compreendidos como acessíveis apenas à segmentos populacionais residentes no mundo urbano e nas metrópoles.

As cidades já não mais lhes atraem e a ocupação passa a trazer uma outra ordem de intenção, que se refere à sua inclusão social, econômica e política no próprio campo de domínio e de atuação histórica, cultural e produtiva. É na ambiência rural que o trabalhador quer permanecer porque é nela que encontra as possibilidades de utilização de um saber-fazer histórica e culturalmente apropriado e que lhe é familiar. É na terra liberta onde o trabalho livre possa se realizar que se potencializam possibilidades de acesso a outros direitos como à moradia, à serviços de educação, de saúde, de comunicação e de segurança. É pela terra que insurgem possibilidades concretas da inclusão desses trabalhadores e suas famílias à uma vida digna e à novas oportunidades para os filhos na sociedade.

A ocupação é a expressão de uma existência que quer se afirmar pela sua singularidade, pelas energias e saberes acumulados historicamente. É uma forma de oposição à negação de suas diferenças, às suas capacidades incorporadas. É uma estratégia de resistência à práticas de migração que já não oferecem mais condições de inclusão social.

A ocupação de uma propriedade privada se coloca como uma expressão de ação, de recusa à relações de dominação, de exploração, que alcança níveis de violência humana,

⁸ Cf. Deleuze (1995, p. 18)

próximos de um estágio primitivo nas relações sociais. A ocupação com todos os seus riscos e ameaças mostra-se como a possibilidade última de produção de sujeitos alimentados por desejos de autonomia e de liberdade.

Organizam-se e se conectam sim, em outras redes, materializadas no MST, nos apoios de setores da Igreja Católica que exercitam formatos específicos e próximos dos interesses dos trabalhadores, por onde passam a criar uma outra ordem que potencializa e considera suas capacidades, suas habilidades, a afirmação de suas vidas.

Nessas conexões se forjam novos sentidos e valores à vida. É ela a pulsão para a transformação. Os trabalhadores passam a usar suas dimensões subjetivas, como a inteligência, a criatividade, a afetividade, a solidariedade para produzir resistências, mecanismos de luta pela terra. Descobrem a vida como valor.

Expõem a vida e a capitalizam para a organização de suas redes, de suas conexões. A vida se torna um capital. Não um capital material e palpável, mas um capital imaterial, que durante todo o processo de ocupação e do acampamento é permanentemente recriado, atualizado, revigorado, para enfrentar as forças do latifúndio e de setores do Estado.

O ACAMPAMENTO⁹ – LUGAR DE EXPERIMENTAÇÕES

Para a ocupação da Fazenda Camará cada trabalhador é orientado a levar para o acampamento: cinco metros de lona preta, alimentos para o consumo de dez a quinze dias, instrumentos de trabalho e pertences pessoais. Assim, levam feijão, arroz, macarrão, toucinho, óleo, farinha, colorau. As mulheres carregam utensílios de cozinha e objetos pessoais, como panelas, papeiros, caçarolas, baldes, bacias, redes e panos; os homens levam suas enxadas, machados, foices e cavadeiras.

Na primeira ocupação à fazenda Camará, sujeito desse estudo, adentram à terra, 164 famílias, perfazendo um total de 274 pessoas acompanhadas por cerca de 15 militantes, levantamento imediatamente realizado por um trabalhador.

Representações simbólicas começam a serem materializadas e exercitadas para construir uma identidade territorial e política, de pertencimento ao lugar ocupado e à uma organização coletiva de caráter político.

Um pequeno grupo sai em busca de uma madeira comprida para dar início à instalação da bandeira do MST que é feita ainda nas primeiras horas de ocupação, com um ritual permeado de uma mística¹⁰, com forte carga emocional. Instrumentos utilizados no trabalho agrícola, sementes, porções de terra são elementos que se misturam aos cantos, às poesias e às orações.

A bandeira instalada na parte mais alta da área, de forma a se manter visível para todos, se constituirá na demarcação do espaço de realização das assembléias. Prendem num galho grosso de uma árvore um instrumento chamado de *cachorra* (é uma peça grande de ferro velho de trator), que é tocada por membros da Coordenação Geral, para anunciar alguma ocorrência que mereça atenção, cuidado e para realizar o chamamento para as assembléias e reuniões.

As pessoas se reúnem em torno da bandeira e os militantes convidam todos a dizerem *palavras de ordem*. O trabalhador Francisco lembra do principal *grito de ordem* que desde então passam a usar na abertura de cada assembléia. Ele fala:

⁹ Sobre a experiência de Acampamento consultar ainda Abramovay (1985), Sigaud (2000, 2001) e Esmeraldo (2004).

¹⁰ Sobre os significados da mística consultar Boff et al. (2000) e Bogo (2002).

“Tem um grito de ordem muito importante que a gente diz: “De quem é essa terra? É nossa”. Aí o outro diz assim: “Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra. Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra. Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra”. Isso é uma coisa muito bonita que os trabalhador tão querendo. E no primeiro momento que quando a gente começa a ser organizado dentro dum acampamento, o grito de ordem, os trabalhadores começa a ficar com amor, perde o amor lá da comunidade dele e fica querendo aquele amor àquele acampamento.”

Uma primeira assembléia é convocada para se tomar algumas decisões de imediato como: estabelecer regras de convivência (evitar bebida alcoólica, impedir o uso de armas de fogo, impedir a visita de estranhos, sair e entrar do acampamento sem aviso prévio, cortar madeira sem prévia discussão na assembléia, fazer barulho após as 22 horas, dividir a alimentação com aqueles que não têm, dentre outras regras); escolher e limpar um local para instalarem suas barracas de lona; definir o consumo da água, tanto para o consumo humano, como para o banho ou lavar roupa e construir sanitários para homens e mulheres.

Para o trabalho imediato de instalação do acampamento as comissões se formam a partir dos coordenadores previamente definidos nas reuniões de base ainda nos seus municípios de origem. Um coordenador e seu grupo marcam o local das barracas, outros vão para a mata retirar madeira e outros vão armar as barracas.

Alguns trabalhadores preferem agir individualmente, escolher seu espaço e construir sua própria barraca. Mas nas regras de convivência discute-se a necessidade de garantir a proximidade entre as barracas. Dessa forma podem se proteger mutuamente. É importante também que cada um se sinta membro formador desse acontecimento.

Cada núcleo familiar instala-se numa barraca, que se organiza em fileiras e próxima das demais. A posse de uma barraca de lona define a participação e o sentido de pertencimento do núcleo familiar na ocupação. É a bandeira do MST e a barraca de lona preta que singularizam para os trabalhadores (internamente) e para outras pessoas como a população das cidades (externamente), a representação da existência de um acampamento de Sem Terra. Não há critérios rígidos quanto ao membro representado pelo núcleo familiar na ocupação. Pode participar o pai, o filho, a esposa. A exigência se faz sim na presença constante do mesmo membro da família, para que este, no acompanhamento permanente das atividades de organização da ocupação e do acampamento, possa construir uma formação política.

Após as primeiras providências os coordenadores passam a integrar a Coordenação Geral que irá dirigir a organização e o funcionamento das atividades no acampamento e participar das negociações. Formam-se novas comissões: uma comissão de alimentação que ficará responsável pela alimentação do grupo, que inclui conseguir e distribuir alimentos com os ocupantes; uma comissão de animação para organizar eventos, atividades para aglutinar e alegrar o grupo; uma comissão de saúde para cuidar dos doentes e para arrecadar medicamentos; uma comissão de segurança para, em rodízio, realizar a vigilância do local; uma comissão de produção para buscar formas de produzir alimentos na área e uma comissão de educação, para organizar espaços de escolarização para as crianças e formação de pequenos grupos para a formação política.

O acampamento começa a criar forma. Desde os primeiros dias ainda com a presença dos militantes e depois a cada chamamento pela *cachorra*, os acampados acordam e seguem para o terreno onde está hasteada a bandeira do Movimento. Em torno dela se colocam em círculo e com o braço esquerdo erguido cantam o Hino do Movimento Sem Terra, que traz na sua letra mensagens de libertação, de coragem, de insurgência, de participação, de afirmação positiva para si, de empoderamento, de resistência, de autonomia, de união, de nacionalidade.

O MST é um movimento de caráter político e por isso considera o acampamento como sendo um momento privilegiado para a formação de novas lideranças, de militantes, para a geração de um campesinato revolucionário. Ao mesmo tempo, ao aceitarem participar dessa ocupação, os trabalhadores e familiares legitimam e credenciam o MST para conduzir essa luta. Cientes dessa representação e de seus objetivos políticos, as lideranças tratam de criar novos modos, espaços de relacionamento para formar sentidos de pertencimento, seja ao território ocupado, seja ao Movimento.

Desde a primeira assembléia realizada na madrugada da ocupação, aprendem e repetem palavras de ordem, músicas do Movimento¹¹, principalmente o Hino do Movimento Sem Terra e participam de místicas que se constituem num conjunto de instrumentos utilizados pelo MST para realizar e dar um caráter de formação política à luta. A linguagem, práticas e símbolos religiosos são reelaborados para incorporar novas significações, que passam a se constituir numa semiótica voltada para comunicar e introjetar sentidos políticos ao acampamento.

Os símbolos do Movimento como a bandeira, o boné e a camisa, já utilizados pelos militantes vão sendo demandados pelos acampados ou recebidos em momentos próprios e especiais para premiar iniciativas que se destacam, lideranças que se afirmam. São premiações carregadas de sentidos onde se espera sejam instrumentos de formação de novas significações para si, para o coletivo e para o território ocupado. Espera-se que promovam um processo de internalização, de incorporação do sentido de ser *Sem Terra* e produzam uma representação de classe para si, uma subjetivação coletiva.

A cada amanhecer essa prática se soma à outras práticas pedagógicas que visam levar as pessoas à pensarem sobre o sentido de suas vidas antes da ocupação e a criarem novas práticas que produzam outros sentidos para si e para o coletivo.

Os primeiros quinze dias são investidos na produção de sentidos de pertencimento, de afiliação, de segurança, de união, de solidariedade e de uma economia de desejos. Esse investimento é decisivo para forjar entre os trabalhadores novas redes de poder, de resistência e de produção de pensamentos e práticas voltadas para a inscrição de uma nova identidade, identidade de *Sem Terra*.

Minimizar e até evitar tensões, incertezas, medos, inseguranças, desistências são os primeiros desafios a superar. Para isso o MST investe na produção de uma representação, de uma identidade coletiva de *Sem Terra*, de uma territorialidade em cada participante do acampamento.

Para o Movimento a convocação de assembléias e a realização de reuniões, todas permeadas por místicas, passam a se constituir numa prática permanente, para criar homogeneidade de informações, para dar força e segurança à direção e ao grupo e para criar um sentido de resistência nos acampados. A fala de cada integrante do acampamento é estimulada tanto para descobrir novas lideranças como para politizar a luta e construir uma consciência de classe.

A Assembléia é a instância maior de organização dos acampados. É ela convocada quando se faz necessária a troca de informações, de tomada de decisões. Após essa instância funcionam a Coordenação Geral e as Comissões. Há também a formação de grupos por interesse: grupos de jovens, de adultos, de mulheres e de crianças. É nesses grupos menores que o Movimento atua na produção de uma economia de desejos, seja através da leitura e do debate de seu material de formação como o *Jornal Sem Terra*, os

¹¹ O Hino do Movimento Sem Terra e outras músicas cantadas nos eventos do MST são, na sua maioria, de autoria de seus militantes e simpatizantes.

Cadernos de Formação¹²; seja através de práticas para o exercício de valores como o da solidariedade, para o embelezamento do acampamento, para o convívio e trabalho sustentável com a natureza e a terra, seja para o exercício da fala, da escuta, da participação, da afirmação da autoestima.

Esses são lugares de descodificação da segmentaridade dura¹³, do modelo Molar. São espaços de conexão de fluxos de desejos, de formação de novos sistemas de referência. É um campo de trânsito da segmentaridade flexível, Molecular, onde predomina a experimentação de novas sensibilidades, de novas escolhas, de exercício da liberdade.

O plano molecular é afetado constantemente seja nos espaços dos acampamentos, seja nos espaços de formação e de mobilização de massa. Esses espaços produzem nos trabalhadores inúmeros agenciamentos que instigam rupturas com os modelos instituídos na segmentaridade molar e atuam na formação de conexões alimentadas por novos desejos de liberdade e autonomia.

Os militantes do Movimento permanecem na ocupação à Fazenda Camará nos primeiros oito dias, até avaliarem que o grupo pode conduzir autonomamente, a luta por essa terra, quando vão saindo gradativamente. Durante o período de trabalho de base e nesses oito dias, identificam pessoas, principalmente jovens, que são afetados de forma intensa pelo chamamento do Movimento, sendo esses convidados a participar de cursos de formação do MST¹⁴.

Os coordenadores do acampamento sabem que o maior desafio é garantir o sentido de resistência nos acampados. A luta principal não é tão somente conseguir alimentos, conviver com o frio, o calor, a acomodação precária. É também, enfrentar a violência que nem sempre se manifesta na presença física de policiais, de jagunços. A violência chega até os trabalhadores através de bilhetes, de tiros distantes que ecoam pela noite afora, dos sussurros, das conversas que chegam da cidade, dos *mascarados* que parecem aparecer pelas madrugadas, nos olhares de reprovação percebidos nos habitantes da cidade, do descaso com que as autoridades locais tratam os acampados.

Afirma uma liderança do MST/CE que,

“É na luta concreta que os trabalhadores se formam. É na luta, na base, ali do ... inclusive do enfrentamento que ela vai percebendo, né, a luta que se trava entre os trabalhadores e o latifúndio, a burguesia.”

A criação de uma identidade de Sem Terra passa pela construção de um sentido de territorialidade política, social e espacial para os acampados. Requer a intenção de incorporação nas pessoas do desejo de criar e de viver acontecimentos. Acontecimentos que, embora pareçam estar na trilha da insubmissão, da insubordinação, há que serem compreendidos como o caminho que pode produzir uma nova subjetividade - a condição de sujeito não assujeitado.

O acampamento é momento de exercício de desprovimento de práticas de sobrevivência cotidianamente exercitadas, domesticadas e subjetivadas nos territórios abandonados. Os trabalhadores são provocados a produzir novos modos de vivência, de

¹² Cito como exemplo alguns exemplares das Coleções “Caderno de Formação” e “Pra Solettrar a Liberdade”, utilizadas na educação de jovens e adultos nos acampamentos, produções do MST.

¹³ Molar no sentido daquilo que já se encontra instituído e ou significado em segmentaridades duras. Sobre a idéia de Molar e Molecular e ainda Segmentaridade ver Deleuze (1996, p. 83).

¹⁴ O Coletivo Nacional de Formação do MST realiza periodicamente um Curso de Formação Prolongada, dirigido a iniciantes. Tem a duração de um a dois meses e visa dar uma preparação teórica aos novos militantes. Com a organização do MST na maioria dos Estados do Brasil, o curso passa a ser planejado para se realizar nas regiões, ou no Estado, se a demanda justificar.

socialização, de reprodução e defesa da vida, que de forma coletiva vão incitar a fala, o pensamento, exercícios participativos, práticas de ressignificação, de produção de novas subjetivações individuais e coletivas, como indica o depoimento de Antonio, um assentado:

“Quando a gente era acampado todo mundo, vamos supor, comia num mesmo prato só. Então é, mesmo que a gente não conhecesse fulano, a gente ia tendo aquela intimidade. Foi formado os grupinhos pequeno pras pessoas ir se conhecendo e tanto se conhecendo pessoalmente, como de convivência. Quem eram as pessoas. E daí pra cá, a gente tem se sentido que não encontrou pessoas tão radicais, pessoas com o pensamento mal. ... Uma das coisas primeiramente em acampamento, quando a gente em barracas, as barracas eram de todo mundo. Entrava na barraca, chegava na barraca, entrava de fio a pavio e aí ia tendo aquela confiança, ia dando a confiança, acreditar nas pessoas. Nesse sistema: se eu entro aqui, então fulano não vai ficar me observando se eu vou bulir no que é dele. Então, essas questões, foi o que levou mais reconhecimento, foi a questão de acampamento, foi quem trouxe o conhecimento pra que todo mundo se conhecesse e tivesse uma convivência, como já vivia desde muito tempo, desde o início já viviam juntos. “

O acampamento é um acontecimento voltado para possibilitar a construção de uma unidade coletiva. Desterritorializados de suas origens de domínio geográfico, político, físico, afetivo, psicológico, cognitivo e corporal, os trabalhadores tratam de produzir práticas que materializem novas territorialidades, que garantam ordens possíveis de sobrevivência individual e coletiva, que formem e assegurem elos de resistência, de solidariedade coletiva, de novas sociabilidades.

Uma outra ordem é criada para evitar a instalação de uma desordem não permitida. Uma legalidade precisa se instituir para produzir novos corpos sociais, novas sociabilidades, onde a convivência se realize de forma pacífica.

O ambiente é plural. É formado por trabalhadores arrendatários, por moradores de fazendas e também por famílias que moravam em periferias de cidades, desempregados, atraídos pela possibilidade de começar uma outra vida. Criar conexões na heterogeneidade, unidade na diversidade é função das regras instituídas pelo Movimento. A formação de uma vontade coletiva se inicia com a aplicação de dispositivos de poder voltados para disciplinar corpos, movimentos, espaços, desejos, forças, que irão potencializar a criação de uma nova territorialidade. Da condição de sem terra, o Movimento investe na formação de uma identidade política e social de Trabalhadores Sem Terra.

Os acampados consideram que o principal interlocutor para viabilizar as negociações com vistas à desapropriação da fazenda com base na lei do Estatuto da Terra é o Estado, através de seu órgão representativo – o INCRA. Compreendem também, que, desde então, o patrão passa a estar submetido a essa legislação e que as negociações devem se fazer não mais diretamente com o proprietário, mas com a intermediação do órgão estatal. Inscrevem para o Estado o papel de gestor do processo de reforma agrária, como previsto na legislação agrária.

O acampamento se constitui num lugar de visibilidade, numa forma de exteriorização, que se propõe a iluminar o ocultado, o não dito. Ao realizar ocupações de terra (rompendo com a legislação agrária do país), o MST atua não somente na reterritorialização geográfica, na mudança da configuração espacial da estrutura fundiária do país, mas principalmente o Movimento é desafiado a produzir, com milhares de trabalhadores rurais do Brasil, uma economia subjetiva.

Economia entendida num sentido ampliado como proposto por Bourdieu, que considera que os marxistas utilizam o conceito de economia de forma restrita aos

fenômenos materiais, de mercado e monetários. O sociólogo passa a utilizar esse conceito nas suas análises sociológicas de forma ampliada e ressignificada. Não como Weber, que reinterpreta e relaciona os conceitos extraídos da economia para seus estudos sobre religião, mas, entendendo que, “é a construção do objecto que exige a transferência e a fundamenta” (BOURDIEU, 1989, p. 68).

Com Bourdieu o conceito de economia enquanto análise dos elementos relacionados à produção, à distribuição, à acumulação e ao consumo de bens materiais amplia-se para economia(s) de bens imateriais, simbólicos e subjetivos.

Os acampados produzem interpretações dos acontecimentos de forma diferente da lógica dominante. Através de práticas ousadas subvertem a Ordem. Realizam um trabalho de produção simbólica voltada para dar um sentido positivo, ativo a uma desordem, que quer se tornar uma outra Ordem, de caráter positivo. Nas suas experimentações cotidianas geram práticas com sentidos de resistência. Resistência compreendida como recusa ao Mesmo e escolha do Novo; como exercício da autopromoção, da transgressão e ultrapassagem dos limites impostos; como negação e saída à violência instituída; como escolha para fazer valer uma outra Ordem no plano da economia do desejo.

Desejo que percorre o campo social. Desejo “enquanto formação coletiva”. Configurado “a todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção de mundo, outros sistemas de valores” (GUATARRI & ROLNIK, 1993, p. 215).

Concepção de desejo entendida por Guatarri & Rolnik como sendo considerada pela “subjetividade capitalística” (Idem) da ordem da utopia e da anarquia. Cabe aqui pensar se as práticas de insubordinação dos acampados não guardam uma economia de desejo inscrita na vontade de produzir outras realidades, de fazer valer uma outra economia da fala, de dizer o indizível, de expressar e construir uma outra concepção da realidade.

A ocupação somada ao acampamento é um acontecimento impar na vida desses trabalhadores e o MST trabalha para que efetivamente, esse acontecimento lhes afete, lhes toque, lhes desperte novos desejos, mobilize energias, potencialize forças, provoque rupturas em valores, em conhecimentos, em comportamentos tradicionalmente instituídos.

Querem construir uma história para si e para isso a participação de cada um nas decisões do que e do como fazer se faz necessária para incorporar novos “habitus”, no sentido proposto por Bourdieu (1983, p. 24) condizentes com o ideário do Movimento. Querem se gestar revolucionários, alterar a ordem social, provocar rupturas nas práticas objetivadas.

Sabem que há comportamentos exercitados pelos acampados que reproduzem uma história reificada que precisa ser expulsa de seus comportamentos, para dar vez a atitudes apropriadas à uma ação militante.

As formas ocupação e acampamento se constituem em estratégias de luta que exigem um trabalho cuidadoso de planejamento e de organização. Materializam-se em todo o país com algumas características comuns. Realizam-se em terras previamente configuradas como improdutivas. Rompem com a ação política sindical rural ao ampliar seu raio de aglutinação, não mais restrita à área geográfica municipal, nem à uma ação limitada aos sindicalizados e à categoria de trabalhador rural. Definem como o principal e único interlocutor para as negociações o governo, através do INCRA (instância federal) ou o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado (instância estadual). Requerem a participação de um grande número de trabalhadores para dar maior força à ação. Seu tempo de permanência não é determinado e pode se repetir na mesma fazenda. Constroem-se alicerçadas numa economia de bens simbólicos¹⁵ positivada pelo MST.

¹⁵ Cf. Bourdieu (1989, 2001, 2003).

O MST é um movimento de orientação utópica na sua relação com os trabalhadores. A utopia significa a expressão do desejo de eliminar a distância entre o real e o desejável. Como um movimento de utopia social o MST surge a partir da insatisfação em relação às condições de vida, de produção agrícola e de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores rurais; persegue o advento de um novo estado social; atua na construção de uma nova sociedade; alimenta rupturas; instiga a criação de uma outra ordem; reage e nega a legitimidade excludente; propõe novos valores; coloca as suas reivindicações num estado de direito legítimo e atua de forma organizada.

Os movimentos de utopia podem ter um caráter missionário e/ou ativista. Podem atuar na esfera religiosa e/ou política e desenvolver práticas libertárias, autoritárias, com o uso da violência, ou da não violência. Seus militantes são coagidos a agirem de forma disciplinada, a serem justos numa perspectiva de ideal ético.

Enquanto utopia social os movimentos devem alimentar a esperança, explorar novas possibilidades de ação e de reação ao modelo instituído na sociedade e atuar na construção da vontade de desejar o novo, da disposição para lutar por essa vida nova. É pela utopia que os movimentos procuram enunciar requisitos de um estado social desejável, de uma sociedade esperada.

O MST é um movimento de utopia social. É ativista porque constrói pensamentos e práticas para agir no presente, mas também é missionário quando assume a salvação de um coletivo. Ao assumir a missão social de salvação de um sujeito coletivo tateia em pensamentos e práticas conflituosas na sua relação com o sujeito individual. Enquanto movimento de caráter utópico o MST é desafiado a ressignificar seus discursos, que são alimentados pelas matrizes teóricas de ordem religiosa e marxista.

Assim é que, na preparação e realização de cada ocupação de terra e no caso estudado na ocupação à fazenda Camará, e na organização do acampamento, o MST através do Setor Estadual Frente de Massas investe na organização, na união, no fortalecimento dos grupos, para forjar um movimento de caráter utópico, para criar uma representação, uma identidade de Sem Terra em cada trabalhador.

ENFIM, A CONQUISTA DA TERRA

No dia 11 de março de 1997, dez meses depois da ocupação, o decreto de desapropriação é assinado pelo Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União no dia 24 de maio do mesmo ano.

No mês de agosto os trabalhadores acampados participam da Mini Romaria da Terra organizada pela CPT regional, que se inicia no acampamento e segue até a cidade de Chorozinho, encerrando-se com uma grande celebração em frente à igreja matriz. Nessa manifestação pública incorporam reivindicações pela agilização das providências burocráticas para as ações políticas governamentais junto à área.

A Imissão de Posse é assinada no dia primeiro de agosto de 1997. O decreto de criação da propriedade como Projeto de Assentamento Federal é assinado no dia 14 de agosto de 1997 e no dia seguinte é publicado no Diário Oficial da União. A fazenda Camará ganha dos trabalhadores o nome de Assentamento José Lourenço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BARREIRA, César. **Trilhas e Atalhos do Poder: Conflitos Sociais no Sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BOFF, Leonardo, BETTO, Frei; BOGO, Ademar. **Valores de uma Prática Militante**. São Paulo: Secretaria Consulta Popular, 2000. (Cartilha n.º 09. Série Cartilhas).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: BERTRAND, 1989.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. 4. ed. Campinas/S. P.: Papius, 2003.

BOGO, Ademar. **O Vigor da Mística**. São Paulo: ANCA/MST, 2002. (Caderno de Cultura, 2).

BRASIL. INCRA. **Laudo de Vistoria e Avaliação**. Fortaleza: INCRA, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. Vol. 1. (Coleção TRANS).

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. Vol. 3. (Coleção TRANS).

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. **O MST sob o Signo de uma Economia Subjetiva: O Assentamento José Lourenço**. 2004. 302p. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Ceará/UFC.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. 8. ed. Rio de Janeiro: BERTRAND, 1988.

GARCIA Jr., Afrânio. **Libertos e Sujeitos: sobre a Transição para Trabalhadores Livres do Nordeste**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.3, n. 7, p.5 – 41, jun., 1988.

_____. **O Sul: Caminho do Roçado**. Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água: O Conflito de Itaipu**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2003.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. **A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.



MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, Maria Conceição D’Incao e. **O Bóia Fria: Acumulação e Miséria**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

Movimento dos Sem Terra. **Terra não se Ganha, se Conquista**. São Paulo: MST, 1986. (Caderno de Formação, 9).

_____. **Programa de Reforma Agrária**. São Paulo: MST, 1995. (Caderno de Formação, 23).

_____. **Mística uma Necessidade no Trabalho Popular e Organizativo**. São Paulo: MST, 1998. (Caderno de Formação, 27).

_____. **Escola Itinerante uma Prática Pedagógica em Acampamentos**. São Paulo: MST, s/d. (Coleção Fazendo Escola, 4).

_____. **A Vez dos Valores**. São Paulo: MST, 1998. (Caderno de Formação, 26).

_____. **Nossos Valores**. São Paulo: ANCA/MST, 2000. (Coleção Pra soletrar a liberdade, 1)

_____. **Ocupando a Bíblia**. Caderno de Educação nº 10. São Paulo: ANCA/MST, 2003.

PELBART, Peter Pál. Biopolítica e Biopotência no Coração do Império. In: LINS, Daniel; GADELHA, Sylvio. **Nietzsche e Deleuze: Que pode o Corpo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002, p. 251-260.

ABRAMOVAY, Ricardo. Nova Forma de Luta pela Terra: Acampar. In: REVISTA **REFORMA AGRÁRIA/ ABRA**. Campinas/S. N° 2. Maio/julho/1985. P. 55-59.

SIGAUD, Lygia. A forma Acampamento: Notas a partir da Versão Pernambucana. In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, 2000. p. 73-92.

_____ et al. Histoires de Campements. In: SIGAUD, Lygia; L’ESTOILE, Benoit de. **Cahiers du Brésil Contemporain Occupations de Terres et Transformations Sociales**. Paris: Maison des Sciences de l’Homme/Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain/Institut des Hautes Etudes d’Amérique Latine 2001. p. 31-70. (Paris III, n. 43/44).